

DISCURSOS SOBRE O PAPEL DO TRADUTOR-INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS/PORTUGUÊS¹

DISCOURSES ABOUT THE ROLE OF THE EDUCATIONAL TRANSLATER-INTERPRETER OF LIBRAS/PORTUGUESE

Kevin Lopes PEREIRA²
Ivoni FREITAS-REIS³

RESUMO: O tradutor-intérprete educacional de Língua Brasileira de Sinais (Libras)/Português é fundamental em um espaço educacional que busca ser inclusivo a surdos, porém sua função vem sendo debatida frente à pluralidade existente quanto às disciplinas e aos contextos nos quais esses profissionais atuam. Diante disso, este trabalho promove uma discussão a fim de somar a um constructo que, aos poucos, tece uma perspectiva mais clara acerca dos aspectos que caracterizam a prática de um intérprete educacional. Para isso, analisaram-se respostas de 53 intérpretes de diferentes regiões do Brasil, obtidas por meio de um questionário enviado via *Google Forms*, que indagava sobre qual seria a sua função no âmbito educacional. A partir disso, aplicando o método de análise de conteúdo, identificaram-se quatro categorias que apontavam o intérprete educacional como: colaborador no processo de inclusão, mediador cultural, coformador do discente surdo e mediador linguístico. Compreende-se que, em sua complexidade, a função do intérprete educacional possui alguns desdobramentos que não podem ser ignorados, atribuindo a esses profissionais um lugar de indiferença ou assistencialismo excessivo nos processos de ensino e de aprendizagem. Ao contrário, eles devem participar ativamente, compreendendo o que caracteriza sua função, também a partir do diálogo com a instituição, discente surdo e comunidade surda.

PALAVRAS-CHAVE: Intérprete educacional. Libras. Educação Inclusiva. Surdos.

ABSTRACT: The educational translator-interpreter of Brazilian Sign Language (LIBRAS)/Portuguese is essential in an educational space that seeks to be inclusive for the deaf, however his/her role has been debated in view of the existing plurality regarding the disciplines and contexts in which these professionals work. Due to that, this work promotes a discussion in order to add to a construct that gradually makes a clearer perspective about the aspects that characterize the practice of an educational interpreter. For this, answers from 53 interpreters from different regions of Brazil, obtained through a questionnaire sent via *Google Forms*, which asked what their role in the educational field would be, were analyzed. From this, applying the method of content analysis, four categories were identified that pointed to the educational interpreter as: collaborator in the inclusion process, cultural mediator, co-trainer of the deaf student and linguistic mediator. It is understood that, in its complexity, the role of the educational interpreter has some ramifications that cannot be ignored, attributing to these professionals a place of indifference or excessive assistance in the teaching and learning processes. On the contrary, they must actively participate, understanding what characterizes their role, also based on dialogue with the institution, deaf students and the deaf community.

KEYWORDS: Educational interpreter. LIBRAS. Inclusive Education. Deaf.

1 INTRODUÇÃO

Instituir a educação como um direito de todos implica remodelar um sistema que não se principiou assente em tal amplitude. Em consequência, vislumbram-se distintas reparações que, felizmente, decorrem com o intuito de promover um ensino inclusivo. Como exemplo, a mobilização de pesquisas e projetos de diferentes naturezas que tencionam investigar a

¹ <https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0200>

² Mestre em Química. Educação Inclusiva a Surdos. Juiz de Fora/Minas Gerais/Brasil. E-mail: pereira.kevinlopes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9159-3208>

³ Docente. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em História da Ciência. Juiz de Fora/Minas Gerais/ Brasil. E-mail: ivoni.reis@uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3469-2952>

educação de Surdos se somam a outras ações e correspondem a um movimento mais amplo de inclusão educacional no Brasil.

Acerca disso, aos surdos destinam-se frequentemente ações com vistas à acessibilidade apenas oportunizando o ingresso deles aos ambientes educacionais, porém não necessariamente contemplando seu desenvolvimento pedagógico. Em contraponto, é fundamental que as instituições de ensino, concomitante à matrícula, assegurem “a oferta do serviço de atendimento educacional especializado, dentre eles: ensino de Libras, português como língua adicional e a presença do(a) tradutor(a) e intérprete de Libras” (Costa & Albres, 2019, p. 28).

No contexto educacional do Brasil, grande parte das escolas nas quais os estudantes surdos se matriculam se caracterizam como “escolas inclusivas” e não bilíngues. Assim sendo, são estabelecidas condições que demandam a presença do tradutor-intérprete educacional de Língua Brasileira de Sinais (Libras)/Português. Esse profissional atua em contextos inclusivos a surdos em ambientes educacionais. Com sua atividade regulamentada pela Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, é fundamental na promoção da acessibilidade linguística de discentes surdos (Albres & Rodrigues, 2018; Souza & Pereira, 2018), porém seu papel não se resume apenas a versar de uma língua para outra (Albres & Santiago, 2012).

Destacamos que o tradutor-intérprete de Libras/Português pode atuar em contextos distintos (por exemplo: político, midiático, artístico, médico, jurídico, educacional), sendo, então, uma profissão caracterizada por variadas possibilidades (Dorziat & Araújo, 2012). Dentre as áreas exemplificadas, o contexto educacional se difere pela demanda pedagógica e diversidade de ambientes educacionais. Albres e Rodrigues (2018) afirmam que “todas as atividades vinculadas aos IE [intérprete educacional] são singulares e dependentes do contexto da sala de aula, da necessidade de cada aluno, das características de cada disciplina e, até mesmo, da empatia e articulação com cada professor regente” (p. 34).

Desse modo, diante dessa pluralidade de contextos e sentidos, a complexidade vinculada ao trabalho do tradutor-intérprete educacional de Libras/Português e, por vezes, uma polissemia quanto à concepção dessa profissão e a indefinição dos seus limites de ação no ambiente escolar, este artigo se dispõe a dialogar sobre o contexto educacional em detrimento dos outros citados anteriormente, com o objetivo de somar a um agregado de pesquisas engendradas, a fim de desvelar aspectos que compõem a profissão referida.

Com o intuito de cumprir o objetivo proposto, apresentamos uma investigação, baseada em um questionário respondido por 53 intérpretes educacionais sobre a função desse profissional no contexto da Educação Inclusiva a surdos. Ressaltamos que, de modo algum, ambicionamos, neste trabalho, estabelecer um padrão de ações para esse profissional, mas, sim, destacar e discutir a respeito de características centrais que emergem a partir da fala dos próprios sujeitos. Não tencionamos apenas levantar críticas ao escopo de leis que orientam o uso da Libras, a educação de surdos e o trabalho dos tradutores-intérpretes de Libras/Português como é visto em diversos documentos, mas suscitar um espaço de diálogo e reflexão, para, assim, com base em discursos pautados na realidade de atuação, desconstruir certas verdades que circulam nos ambientes formativos sobre o tema em questão.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A fim de compreendermos o objetivo proposto, aplicamos um questionário⁴ composto de seis perguntas que objetivavam conhecer os respondentes – sua formação e histórico de atuação profissional –, distribuindo-o via *Google Forms* para diferentes indivíduos, núcleos de inclusão e intérpretes de universidades e escolas federais de distintas regiões do Brasil – Região Sudeste (31), Sul (10), Norte (5), Nordeste (5) e Centro-Oeste (2). Os respondentes apresentavam formações distintas, incluindo curso superior, técnico ou até mesmo a aprendizagem da Libras de forma autônoma, obtendo certificação pela fluência. Com base na data em que o questionário foi respondido, afirmamos que grande parte dos participantes estavam vinculados a uma instituição federal de Educação Básica ou Educação Superior; entretanto, não questionamos a eles qual o nível de sua atuação.

Neste artigo, deter-nos-emos a discutir acerca de uma pergunta central do questionário, a qual indagava os participantes sobre qual seria a função de um IE. Por tratar-se de uma pergunta ampla, sem especificação do nível ou da modalidade de ensino, iremos dialogar com base nos pontos que emergem da fala dos profissionais, com uma perspectiva, de igual modo, ampla e sem necessariamente estabelecer relações com um nível de ensino específico.

As respostas foram estudadas conforme os preceitos da análise de conteúdo de Bardin (2011). Desse modo, principiamos com uma leitura flutuante, ou seja, uma pré-análise das respostas, pontuando definições e características principais que emergiram delas. Em consequência disso, elaboramos indicadores que extraíam a essência da mensagem apresentada no texto que, em seguida, foi organizado em unidades comparáveis (subcategorias), a fim de, posteriormente, definirmos as categorias emergentes. Após a pré-análise, realizamos a exploração do material cujos indicadores foram estudados detalhadamente, relacionando-os aos nossos referenciais teóricos. Dessa forma, foi possível definirmos quais as categorias emergentes mais adequadas para representar as unidades de registro presentes nas respostas dos intérpretes.

Assim, na próxima seção, iremos discutir cada categoria lançando mão da organização e clareza disposta pela análise de conteúdo (Bardin, 2011), viabilizando um diálogo entre as respostas dos intérpretes e algumas bases teóricas que versam sobre a temática. Ainda, com o intuito de trazer clareza para a análise, os respondentes foram nomeados de I1 até I53, correspondendo então a todos os participantes. Por fim, ressaltamos que todas as categorias dizem respeito à função do IE.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de uma análise criteriosa das respostas do questionário, definimos quatro categorias emergentes que estão representadas na Tabela 1⁵ e serão mais bem discutidas nas subseções a seguir.

⁴Todas as ações desenvolvidas nesta pesquisa foram aprovadas pelo Parecer Consubstanciado nº 3.482.432 do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

⁵ Em certos momentos, o mesmo respondente – pelas informações em sua resposta – foi contabilizado em mais de uma categoria; desse modo, o número de indivíduos participantes e o somatório das frequências de respostas nas categorias não é o mesmo.

Tabela 1*Categorias criadas a partir das respostas do questionário*

Categoria	Frequência
Colaborador no processo de inclusão	8
Mediador cultural	11
Coformador	16
Mediador linguístico	35

3.1 O INTÉRPRETE EDUCACIONAL COMO COLABORADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

A profissão do IE, segundo a lei de acessibilidade – Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 –, tem origem legal na necessidade de incluir estudantes surdos no sistema de ensino público do Brasil. Dentre as quatro categorias desenvolvidas, podemos considerar essa como a mais ampla, no sentido de ser uma informação atualmente bem difundida e discutida na literatura.⁶ Por esse motivo⁷, tal aspecto se mostrou presente nas respostas dos intérpretes educacionais: I5, I12, I19, I28, I30, I44, I48, I49 – algumas estão expostas no Quadro 1.

Quadro 1

Respostas sobre o IE e a inclusão de surdos

IE	Resposta
I5	Para auxiliar no processo de inclusão do aluno surdo dentro do ambiente educacional.
I12	Em linhas gerais, é garantir o direito linguístico do surdo na sua formação educacional nos âmbitos de ensino básico e superior.
I19	Além de servir como um mediador, é um profissional que visa criar estratégias a fim de viabilizar a acessibilidade informativa e comunicativa .
I49	O intérprete educacional é um mediador na comunicação entre os sujeitos escolares, é ele quem possibilita a acessibilidade comunicacional. É um multiplicador da inclusão (...) .
I45	Acessibilização de material didático para Libras , e suscitar com o professor propostas de avaliação e instrumentos de verificação de aprendizagem que atendam a demanda do aluno surdo atendido.

A responsabilidade de promover inclusão no âmbito escolar não está unicamente vinculada ao IE (Albres & Rodrigues, 2018), mas, sim, a todos os atores do contexto educacional. Desse modo, diante de um processo amplo e complexo, faz-se necessário declinar uma visão salvacionista que frequentemente é imputada sobre o trabalho do IE. No entanto, entendemos que esse profissional possui um papel fulcral na inclusão de um educando surdo, pois será o

⁶ Alguns aspectos da acessibilidade e inclusão por meio do intérprete educacional são discutidos em estudos como os de Fernandes e Freitas-Reis (2019), Oliveira e Benite (2015) e Souza e Pereira (2018).

⁷ Concordamos que, por ser algo “óbvio”, muitos intérpretes optaram por não citar em sua resposta, pois a ação de cooperar com a inclusão e a acessibilidade de um discente surdo está relacionada a todas as outras funções atribuídas ao intérprete educacional que discutiremos neste trabalho.

principal articulador na comunicação entre o discente e todo o corpo docente, discente, pedagógico e administrativo (Albres & Rodrigues, 2018).

A mediação na comunicação é um fator importante no trabalho de um IE, porém reiteramos que sua atuação não se resume a verter uma língua para outra (Albres & Santiago, 2012). Por intermédio das respostas presentes no Quadro 1, podemos verificar na atuação do IE outros meios para também viabilizar um ambiente inclusivo. A título de exemplo, a inclusão de um estudante surdo pode ocorrer (i) por meio da acessibilidade linguística, dada sua importância, como visto em Souza e Pereira (2018), e presente nas respostas de I12, I19 e I49; (ii) no suporte ao professor para adaptação de materiais didáticos que auxiliem a aprendizagem do estudante surdo e demais estudantes, estimulando outros sentidos (principalmente o visual), corroborando com Pereira et al. (2011) e a resposta de I45; por fim, (iii) em sua atuação como um representante da comunidade surda no espaço educacional, visto que “a escola, assim como a aula de química, precisa dialogar com a cultura surda” (p. 51). Como observado na resposta de I49, o IE é um “multiplicador da inclusão” – isso diz sobre se posicionar frente às necessidades de um surdo e a importância de incluí-lo no ambiente escolar.

Ademais, o trabalho de um IE como colaborador na inclusão de educandos surdos é importante, porém reiteramos que se deve ter clareza sobre os limites de sua atuação, pois, pela falta deles ao longo da história da educação de surdos, o IE assumiu funções assistencialistas que não lhe cabiam, pois eram, na verdade, incumbências, por exemplo, do professor, da equipe pedagógica, da família etc. (Albres, 2019).

3.2 O INTÉRPRETE EDUCACIONAL COMO MEDIADOR CULTURAL

Entende-se que a escola e as salas de aula são espaços multiculturais (Sá, 2002); desse modo, nesses locais, existem vários pontos de expressões culturais, sejam em representações artísticas, no uso de uma língua (por exemplo: Português, Libras, Inglês) e linguagem específica (por exemplo: química, científica, matemática), assim como na individualidade humana.

O uso da Libras figura como uma forte expressão do “ser surdo”, de sua cultura, visto que está imbricada de um histórico marcado por lutas sociais que requisitaram o seu reconhecimento legal e inclusão nos processos educacionais. Assim sendo, compreendemos que o IE, ao exercer o papel de versar a informação do Português para a Libras, está promovendo um diálogo entre diferentes culturas e formas de compreender o mundo (Lopes & Veiga-Neto, 2006).

Em nosso questionário, ao perguntarmos a respeito da função de um IE, 11 dentre os 53 intérpretes participantes (I2, I3, I4, I23, I29, I32, I35, I48, I51, I52, I53) responderam explicitando, de algum modo, uma mediação cultural realizada por esse profissional (Quadro 2). Reforçamos que a “mediação cultural” está ligada a ser o representante da cultura ouvinte (ao estudante surdo) e da cultura surda (aos ouvintes).

Quadro 2*Respostas sobre o IE e a mediação cultural*

IE	Resposta
I4	Também o intérprete educacional deve sempre conversar com os professores, educandos sobre as singularidades dos surdos , pois são culturas diferentes que dividem o mesmo espaço.
I29	Mediar a comunicação em todo o contexto escolar, difundir o uso da Libras e esclarecer ao grupo escolar sobre a língua e Cultura surda , bem como dar dicas de como facilitar o aprendizado do surdo através do uso de recursos visuais (. ...).
I32	O Intérprete Educacional vai além de traduzir/interpretar. Além de ter essas funções, muitas vezes esse profissional é o modelo de língua do estudante Surdo ; é com esse profissional que o estudante vai aprender novos sinais que ele não conhecia; é através desse profissional, muitas vezes, que os estudantes Surdos vão querer conversar , se abrir, ter alguém para se comunicar. O intérprete Educacional precisa interagir com professores, explicando especificidades da Surdez e da cultura Surda.
I52	(. ...) promovendo o envolvimento entre alunos e todos que compõem este ambiente, também instigar ao corpo docente o desejo de conhecer um pouquinho mais sobre o universo dos surdos provocando-lhes a empatia e com isto moldando seu olhar a respeito das singularidades que este sujeito requer no processo de permanência escolar.

Nas quatro respostas presentes no Quadro 2, verificamos algumas indicações, por exemplo de I4 e I52, que sugerem o diálogo com professores e educandos a respeito da cultura surda, assim como I32 propõe que o “intérprete educacional precisa interagir com professores, explicando especificidades da Surdez e da cultura Surda”. Já o I29 acaba por ampliar a visão e, não apenas com os docentes e alunos, atribui ao IE a ação de “esclarecer ao grupo escolar sobre a língua e cultura surda”.

Portanto, sugerimos que a mediação cultural ocorra não apenas no ato de interpretar os conteúdos em sala de aula, mas também no ato de estabelecer um diálogo com a equipe pedagógica e administrativa da instituição educacional, para que participem ativamente do processo de inclusão escolar. Em concordância com essa ideia, I2 afirma que o IE é um “articulador entre línguas e culturas no ambiente educacional”; assim como I25, ao dizer que esse profissional atua “intermediando as relações linguístico-culturais dos atores do espaço educacional”.

Essa sugestão de atuação para o IE evidencia o quão recente são as ações que buscam formar professores capacitados para a Educação Inclusiva. Grande parte dos docentes atuantes não tiveram uma formação que correspondesse às necessidades atuais, dada a recenticidade da inclusão da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura por meio do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Assim sendo, carecem de uma intervenção por parte do IE. Sobretudo, espera-se que “o professor esteja preparado para lidar com as diferentes necessidades de aprendizagem de cada aluno, inclusive os deficientes, e o *locus* inicial em que ele deve adquirir esses fundamentos é a formação inicial, ou seja, seu curso de graduação” (Vilela-Ribeiro & Benite, 2010, p. 587). Contudo, em alguns contextos, isso ainda não é uma realidade, baseado nas demandas expressas nas respostas dos intérpretes (Quadro 2).

3.3 O INTÉRPRETE EDUCACIONAL COMO COFORMADOR

O papel do IE muitas vezes é confundido com o trabalho do professor (Quadros, 2004), porém questionamos se isso se dá pela omissão do docente ao não assumir que o discente surdo é também sua responsabilidade, ou por uma necessidade identificada pelo próprio intérprete ao atuar sobre o discurso do professor.

Para Rodrigues e Silvério (2011), “a ideia de um intérprete neutro tem sido desmistificada em prol da conscientização e construção de papéis específicos vinculados a um trabalho cooperativo com o professor” (p. 46). A necessidade de uma ação conjunta entre um IE e o professor é destacada por Souza e Pereira (2018), porém, para além da troca de informações, conhecimentos e de um planejamento cooperativo, discute-se sobre a posição do IE também estar vinculada a um caráter educativo (Carvalho & Martins, 2014).

Para Lacerda e Poletti (2004), “o interpretar e o aprender estão indissolavelmente unidos, e o IE assume, inerentemente ao seu papel, a função de também educar o aluno” (p. 15). Ainda, Rodrigues e Silvério (2011) corroboram a ideia afirmando que:

Essa atividade interpretativo-educacional possui especificidades únicas, exigindo dos IE, além da competência em tradução, certa (sub) competência interpretativa educacional composta por um conjunto de saberes pedagógicos próprios ao fenômeno educativo e ao processo de escolarização, objetos de estudo da Pedagogia. (p. 48)

Começamos a pensar então o IE com uma função coformadora no espaço educacional. Entretanto, esse caráter não deve ser associado a assumir o trabalho do professor, ou até mesmo o aspecto pedagógico de sua profissão, com atitudes de proteção e assistencialismo ao discente surdo, que, em contrapartida, pode resultar em um distanciamento do docente (Carvalho & Martins, 2014). Um pensamento adequado sobre a atuação coformadora do IE se origina na compreensão de que as escolhas tradutórias e interpretativas podem influenciar na aprendizagem de um estudante surdo. A princípio, conforme o Art. 4º da Lei nº 12.319/2010:

A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Assim sendo, um IE não necessariamente será um licenciado e, portanto, não terá tido contato com disciplinas pedagógicas, por exemplo. De diferente modo, o docente, independentemente do nível em que atua, deverá ter tido em sua formação contato com as teorias de ensino e aprendizagem. Isso o habilita, em certa medida, como agente responsável pelas ações pedagógicas nos ambientes educacionais inclusivos. Entretanto, quando utilizamos o termo “coformador” para nos referirmos ao IE, não garantimos ou afirmamos que ele possui uma formação que corresponda a tal demanda, mas, sim, fomentamos um locus de discussão que traz luz a essa realidade, apoiada principalmente na influência das escolhas tradutório/interpretativas dos intérpretes educacionais no ensino e na aprendizagem de um(a) discente surdo(a), e

que pode ser base para sugestionar futuras discussões sobre a formação desse profissional para atuar na Educação Inclusiva.

Martins (2013) afirma que esse profissional “interpreta signos e traz outras significações no percurso construído com o aluno surdo, visando uma relação visual afirmada pela surdez na perspectiva cultural” (p. 198). A particularidade presente na organização do discurso interpretativo se assemelha às escolhas discursivas feitas pelo professor. Ainda que o docente seja a fonte primária do que está sendo dito, o trabalho do intérprete também permite ações criativas que, em consonância com os aspectos culturais do estudante, podem potencializar a aprendizagem de uma determinada temática ou conceito. Em seu artigo, Costa e Albres (2019) reforçam que

as ações desempenhadas pelo intérprete educacional durante a interpretação repercutirão no favorecimento (ou não) da aprendizagem do conteúdo pelo(a) aluno(a) surdo(a), bem como na ampliação do vocabulário dele(a), seja em Libras ou Língua portuguesa, visto que muitos(as) surdos(as) em idade escolar estão em constante aquisição de língua (de sinais e portuguesa). (p. 37)

Em concordância com as ideias de Costa e Albres (2019), defendemos que o trabalho humano envolve criatividade, portanto o IE não é apenas um espelho do professor, ele o representa, porém imprimindo traços próprios em sua ação. Desse modo, “reafirma-se a postura criativa-imagética do TILSE⁸, que faz do seu corpo palco para a cena escolar. Diria que, em certa medida, transgredir para criar com o aluno surdo um ensino na diferença” (Martins, 2013, p. 206).

Quadro 3

Exemplos de respostas sobre o IE como coformador

IE	Resposta
I2	Fazer parte do processo de ensino aprendizagem como articulador entre línguas e culturas no ambiente educacional.
I6	Mais do que um simples tradutor precisa utilizar de métodos pedagógicos para que a informação realmente se transforme em conhecimento.
I8	Também trocar informações com o professor, relativas às dúvidas e necessidades do aluno (...) .
I10	Interpretar o discurso educacional, o que envolve questões linguísticas e pedagógicas . Se o intérprete educacional de Libras não compreender as estratégias pedagógicas do professor ele tenderá a tomar decisões tradutórias que não contribuem ou não atingirão o/os aluno/a/s. A perceptiva de educação que o intérprete educacional de Libras toma muito tem a ver com sua atuação, se ele acredita que ocorre um processo de transmissão pela fala ele atuará nesta perceptiva, mas se ele compreender que haverá uma construção e que para tal a interação com o professor se dá por meio dele, ele tenderá a observar e discutir melhor as estratégias do professor e verificar junto do professor e o aluno se estão funcionando .
I22	Mediar a comunicação entre ouvintes e surdos no contexto educacional. Além disso, contribuir com intervenções de esclarecimento e na elaboração/adaptação de material didático .
I31	O intérprete educacional é mediador de idiomas, mas também é um mediador de aprendizagem e faz parte desse processo.
I36	Ser o canal do aprendizado .

⁸ A autora chama de TILSE o Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais Educacional

I37	Fazer a mediação linguística entre aluno surdo e professor ouvinte (ou vice e versa), conhecendo os aspectos pedagógicos, relacionados à dinâmica neste ambiente.
I42	Além da interpretação em sala de aula, acredito que o IE precisa estar presente na organização das aulas , com estratégias bilíngues e que incluam de fato o aluno surdo.
I44	Intérprete Educacional possui uma atuação imprescindível na mediação dos conhecimentos , além de promover a interação do sujeito surdo com os outros colegas de turma, viabilizando posteriormente essas relações autônomas, sem necessidade de intermédio. Acessibilização de material didático para Libras, e suscitar com o professor propostas de avaliação e instrumentos de verificação de aprendizagem que atendam a demanda do aluno surdo atendido.
I50	Ser um facilitador da comunicação/aprendizado do sujeito surdo.
I52	Além de mediar a comunicação, procurar trazer o entendimento dos conteúdos de forma clara , trazendo a produção da Libras durante o processo tradutório ao nível do aluno surdo, pois este chega com vários níveis distintos da aquisição da própria língua (...).

Em nossa pesquisa com os intérpretes educacionais, foi possível identificar a presença da indicação de uma função coformadora em 16 respostas (Quadros 3 e 4). Observando o número total de respondentes (53), obtivemos indícios de que a ideia não é uma regra entre os profissionais intérpretes. Ainda, averiguamos algumas respostas que, em algum nível, citam esse aspecto coformador; no entanto, em outras partes do discurso, subjugam essas ações remetendo a uma visão mais “neutra” da atuação de um IE. Como pode ser observado no Quadro 4, destacamos partes que expressam uma insegurança da visão de um intérprete que atua ativamente na educação dos estudantes surdos.

Quadro 4
Respostas sobre o IE

IE	Resposta
I28	Mas também é de orientar o aluno, quando possível , com questões educacionais e esclarecer possíveis pequenas dúvidas quanto ao conhecimento de mundo geral, garantindo o acesso à informação.
I29	E, muitas vezes, cumprimos o papel até de instrutor, pois os alunos muitas vezes chegam sem conhecimento prévio da Libras, e, para trabalhar com ele, precisamos inserir essa língua para esse surdo conseguir se expressar e aprender de uma forma melhor. Não é a função [do IE], porém, para cumprir a função, às vezes é necessário que se faça isso.
I32	(...) o intérprete educacional precisa nivelar o nível de interpretação com o nível de escolaridade que o aluno/a Surdo/a está. Devemos lembrar que o Intérprete Educacional não ensina , quem faz isso é o professor. Mas dar dicas, apoio e saber lidar com questões pedagógicas são funções importantes para esse profissional.
I34	Passar da língua alvo para a língua fonte nas duas modalidades com total domínio linguístico, técnico e profissional. Sendo fiel ao professor e contribuindo para o desenvolvimento do aluno.

De modo mais amplo, em nosso questionário, alguns intérpretes destacaram tal aspecto coformador; contudo, podemos dividi-lo em três subcategorias: ação coformadora (i) nas escolhas linguísticas [I32, I34, I50, I52]; (ii) em uma atuação conjunta às ações do professor [I2, I8, I10, I22, I31, I34, I36, I37, I42, I44]; e (iii) em ações que convergem com as de um tutor [I6, I8, I28, I29, I31, I32].

Em se tratando de uma contribuição do IE na aprendizagem dos discentes surdos, destacamos, na fala de I34, a afirmação de que o IE deve atuar “contribuindo para o desenvolvimento do aluno”, indicando o reconhecimento da importância de sua ação para favorecer a aprendizagem. Também, I32 coloca que “o Intérprete Educacional não ensina, quem faz isso é o professor. Mas dar dicas, apoio e saber lidar com questões pedagógicas são funções importantes para esse profissional (...)”, porém, sendo o IE parte do processo de ensino e aprendizagem e, baseado na resposta de I50, “um facilitador da comunicação/aprendizado do sujeito surdo”, facilitar não seria fazer escolhas que tornam um discurso mais adequado ao estudante surdo e sua cultura? Também não seria isso ensinar atuando em uma perspectiva de coformação? Para Costa e Albres (2019):

Observa-se que as atribuições contemplam não somente ações que dizem respeito à mediação linguística entre falantes de português e sinalizantes de Libras, constando também componentes que perpassam a aprendizagem do(a) aluno(a) surdo(a) e as relações entre alunos(as), surdos(as) e ouvintes, e professores(as). (p. 35)

Desse modo, concordamos com I31 ao dizer que o IE é também um “mediador de aprendizagem e faz parte desse processo”. Entendemos a importância das escolhas interpretativas quando há a compreensão de que interpretar é uma ação cognitiva-linguística, na qual o intérprete faz a mediação entre pessoas que possuem línguas diferentes e intenções comunicativas específicas; assim sendo, está envolvido em uma interação dialógica em que a informação apenas será bem compreendida caso faça escolhas interpretativas adequadas a quem a mensagem será transmitida (Belém, 2012). Dessarte, a ação coformadora do IE perpassa pela consciência das escolhas linguísticas no ato interpretativo e/ou tradutório no espaço educacional, como afirma I52 relacionado à construção do conhecimento por parte do surdo (subcategoria i).

Dadas as três subcategorias de mediação apresentadas, também verificamos situações nas quais os intérpretes citam funções que estão relacionadas a um trabalho conjunto ao professor (subcategoria ii). Entendemos que é nessa subcategoria em que o aspecto coformador de um IE alcança sua maior potencialidade, pois se estabelece, por meio de um trabalho em parceria com o docente, que possui em primeira instância a função de realizar a mediação pedagógica no espaço educacional. Nessa situação, o intérprete coopera para que as escolhas didáticas do professor também contemplem o estudante surdo.

Os intérpretes I8 e I10 descrevem atitudes como: identificar as necessidades do aluno e verificar a eficiência ou não de estratégias de ensino; ambos dizem sobre diagnosticar o desenvolvimento do estudante – uma ação característica de um formador.

Não apenas conjecturando sobre a aprendizagem do surdo, mas, segundo I22, I42 e I44, sugere-se a importância da participação do IE na elaboração e na adaptação de recursos didáticos (modelos representacionais, jogos, dentre outros), assim como cooperar com o de-

envolvimento de avaliações que sejam adequadas para os educandos de uma escola inclusiva. Uma relação efetiva entre professores e intérpretes é importante para a aprendizagem do surdo (Marcon, 2012), pois ambos colaboram, baseados em suas respectivas formações, para que as ações pedagógicas sejam assertivas para promover um ambiente inclusivo de aprendizagem (Oliveira & Benite, 2015).

Ainda sobre a subcategoria (ii), nas respostas de I2, I10, I31, I34, I36 e I37, fica evidente a compreensão geral de que o IE também faz parte dos processos de ensino e de aprendizagem, atuando em conjunto com o professor como um coformador. Essa participação é compreendida, segundo as respostas, quando se tem consciência dos processos educacionais e ações pedagógicas que ocorrem em uma sala de aula, assim como da importância de sua atuação para auxiliar na aprendizagem do surdo.

Por fim, acerca da terceira subcategoria (ações que convergem com as de um tutor), I6 cita a necessidade de utilizar métodos pedagógicos, os quais na perspectiva do ensino entendemos como modelos⁹ que orientam e fundamentam a criação dos currículos educacionais, assim como a elaboração de planos de aula. A princípio, a ação supracitada é atribuída como uma responsabilidade do professor, estando envolvido em uma escola que já segue uma dessas linhas pedagógicas ou determinando por si próprio sua estratégia de ação no espaço educacional.

Além disso, percebe-se nas falas de I8 e I28 uma postura de tutoria com o estudante surdo, se responsabilizando por responder dúvidas apresentadas pelo discente. Segundo Quadros (2004), o IE deve dirigir as dúvidas do educando ao professor, sendo ele o representante do conhecimento específico disciplinar naquele espaço (Pereira et al., 2011). Todavia, em determinados momentos, como expresso na fala de I29, as dúvidas estão relacionadas a Libras. Nesse caso, o intérprete é o representante no uso da Libras na sala de aula, configurando então uma outra perspectiva. Não é recomendado que o IE assuma o papel do instrutor de Libras¹⁰ (Quadros, 2004), no entanto, em alguns contextos, por certa necessidade, acaba incumbindo-se também dessa responsabilidade.

Baseado nos diálogos anteriores, verificamos que o IE precisa ter domínio de conhecimentos pedagógicos, tradutórios/interpretativos e linguísticos, pois, dadas as especificidades de sua atuação e a influência de suas escolhas interpretativas, não defendemos uma ideia de neutralidade para o IE. Desse modo, a Secretaria de Estado de Educação (SEE) do Estado de Minas Gerais, por meio da Nota Técnica nº 4/SEE/DMTE-CEEI¹¹/2019, trouxe algumas elucidacões acerca do cargo de Tradutor Intérprete de Português/Libras, nomeando a categoria não apenas como “Intérprete”, mas como “Professor Intérprete de Libras”, deixando claro que o primeiro critério para classificação seria o curso de Licenciatura em Letras Libras com Habilitação em Língua Brasileira de Sinais. Segundo a Nota Técnica nº 4,

o profissional Licenciado em Letras Libras apresenta conhecimento da área de linguística da língua de sinais, literatura surda, e formação pedagógica indispensáveis para a atuação de professor Intérprete de Libras, tendo em vista que a prática deste abrange o trabalho de *apoio ao professor regente sobre o processo de ensino-aprendizagem* decorrente de sua *intermediação interpre-*

⁹ Alguns exemplos: Escola Construtivista; Escola Freiriana; Escola Montessoriana; Escola Waldorf.

¹⁰ O instrutor de Libras é o profissional responsável por ensinar aos estudantes surdos a língua de sinais.

¹¹ DMTE – Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais; CEEI – Coordenação de Educação Especial Inclusiva.

tativa, apresentando as particularidades dos surdos, e *reconsiderando em conjunto com o professor regente*, sempre que necessário, a *adequação didática* [ênfases adicionadas] a tais especificidades, possibilitando a qualidade do acesso dos surdos aos conteúdos. (p. 2)

As atribuições dadas ao cargo de professor intérprete de Libras para as escolas estaduais contemplam de forma satisfatória as necessidades identificadas pelas respostas ao questionário desta pesquisa. Se assumirmos que o intérprete deve ter conhecimento das ações pedagógicas que ocorrem na sala de aula, assim como dos processos de ensino e de aprendizagem, pressupõe-se a necessidade de que ele tenha uma formação específica para tal.

Dentre os aspectos que caracterizam um trabalho coformador por parte de um intérprete educacional, entendemos que suas escolhas interpretativas, baseadas em seus conhecimentos linguísticos, serão o cerne de sua atuação. Essa mediação linguística será discutida no próximo tópico.

3.4 O INTÉRPRETE EDUCACIONAL COMO MEDIADOR LINGÜÍSTICO

Ao nos referirmos ao IE como um coformador do estudante surdo, intentamos ressaltar, sobretudo, suas escolhas lexicais no momento em que interpreta o discurso do professor e como elas contribuem ou não para a definição dos conceitos apresentados na sala de aula. Nesse locus, o intérprete educacional precisa desenvolver e empregar estratégias tradutórias e interpretativas constantemente (Albres, 2015), isso porque, segundo Martins (2016), “o trabalho do intérprete envolve escolhas rápidas, pois a interpretação ocorre ‘ao vivo’, não havendo tempo para refacção do enunciado posto, espera-se uma agilidade deste profissional para as escolhas lexicais durante a atividade” (p. 150).

A profissão de um IE exige habilidades específicas que são fulcrais para um bom resultado na mediação do discurso. Lacerda (2000) traz um panorama geral sobre essa atuação:

o tradutor-intérprete atua na fronteira entre os sentidos da língua de origem e da língua alvo, com os processos de interpretação relacionando-se com o contexto no qual o signo é formado. O sentido do enunciado é construído na interação verbal, e é atualizado no contato com outros sentidos, na relação estabelecida entre interlocutores. A interpretação é um processo ativo, que procede de sentidos que se encontram, existindo, apenas, na relação entre sentidos, como um elo numa cadeia de sentidos. Pode-se dizer assim que a interpretação se revela na multiplicidade de sentidos existentes. (p. 6)

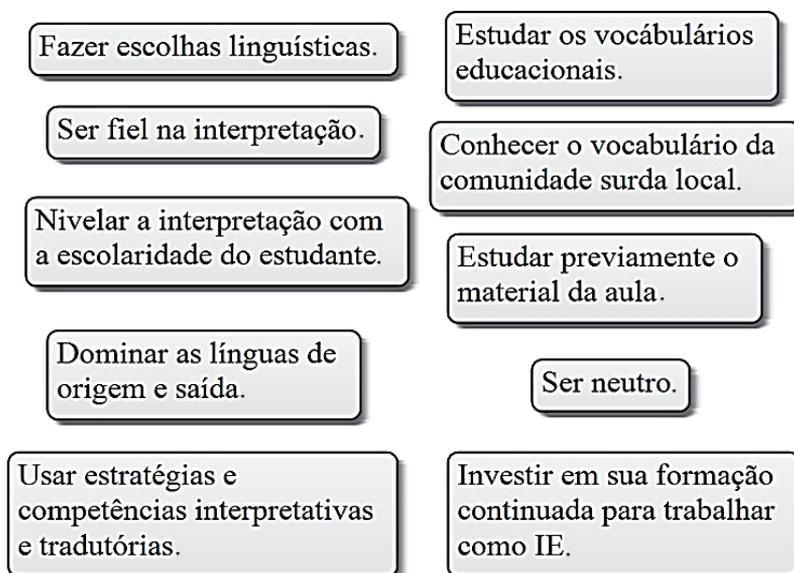
O intérprete detém várias possibilidades de significação e, por isso, seu trabalho exige um conhecimento técnico sobre a construção do discurso e como ele pode assumir um aspecto claro e objetivo, não perdendo a fidelidade da fala inicial, mas recebendo novos moldes apoiados na cultura surda. Assim como Lacerda (2000), Belém (2012) também destaca que “o intérprete de Libras deve considerar as tantas significações e contextos possíveis resultantes dos/nos enunciados como um determinante para um bom desempenho” (p. 49). As escolhas apresentadas pelas autoras certamente caracterizam a mediação linguística de um IE.

Dentre as respostas obtidas por meio do questionário aplicado neste trabalho, 34 dos 53 participantes citaram a mediação linguística como parte da função do IE, indicando

que essa informação é bem consolidada entre essa comunidade, assim como em documentos oficiais do nosso país. Dentre as 34 respostas, a maioria abordou apenas de uma forma direta o tema, expressando que o “intérprete é responsável pela mediação linguística na sala de aula”. Contudo, algumas respostas do questionário revelaram características inerentes a essa mediação linguística realizada pelo IE. Na Figura 1 exibimos algumas que tratam acerca de posturas necessárias para o profissional intérprete, segundo os respondentes.

Figura 1

Subcategorias sobre a mediação linguística do IE



Fonte. Elaborado pelos autores (2023)

Em um primeiro momento, destacamos a ação de “fazer escolhas linguísticas” como principal característica na atuação de um IE. Essas escolhas estão relacionadas à demanda apresentada pelo contexto no qual ele atua, como exposto por I10 ao afirmar que “se o intérprete educacional de Libras não compreender as estratégias pedagógicas do professor, ele tenderá a tomar decisões tradutórias que não contribuem ou não atingirão o/os aluno/a/s”. Para I35, o IE precisa buscar “transferir da forma mais clara possível o conteúdo oral em sala de aula”, indicando que é necessário estar atento a como interpretar da melhor maneira, ou seja, lançar mão das escolhas lexicais mais adequadas em determinado momento. Desse modo, concordamos com Marcon (2012) ao destacar “a importância de o intérprete ter um eixo paradigmático amplo, pois, numa interpretação, estará fazendo escolhas e substituições lexicais constantemente, para proporcionar ao surdo um entendimento igualitário em relação aos ouvintes sobre o discurso do professor” (p. 239).

Segundo a autora, ter um eixo paradigmático amplo é relativo a ter possibilidades de escolha, ou seja, um amplo conhecimento sobre o léxico das especificidades das disciplinas escolares, bem como estar preparado para lançar mão de recursos gramaticais, como, por exemplo, os classificadores.

Entendemos que, para essa mediação, como indicado por I8, “todo intérprete precisa conhecer o vocabulário da comunidade surda local”, bem como “se qualificar e procurar estudar os vocabulários educacionais”, conforme aponta I13. Essa postura está relacionada a um processo de adaptação ao contexto no qual o profissional atua, assim como ao investimento em formação continuada para trabalhar como IE.

Ainda, segundo I3, “atrelado a essa mediação, existem estratégias e competências interpretativas e tradutórias necessárias a se levar em conta, considerando o público-alvo”, dialogando com I32 ao apontar que “o intérprete educacional precisa nivelar a interpretação com o nível de escolaridade que o aluno Surdo está”. Também, I53 afirma que o IE trabalha “trazendo a produção da Libras durante o processo tradutório ao nível do aluno surdo”.

Constatamos também algumas respostas que indicavam parâmetros base do processo de tradução e/ou interpretação. I25 diz ser necessário que o IE domine as duas línguas com as quais ele trabalha e, ao atuar na sala de aula, baseado nas respostas de I8 e I34, deve ser fiel em sua interpretação, correspondendo ao discurso do professor. Igualmente, para potencializar o trabalho do IE, I8 caracteriza ser “necessário tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente”, corroborando Marcon (2012), Oliveira e Benite (2015) e Souza e Silveira (2011), que apontam a necessidade desse profissional ter uma interação de cooperação com o professor.

Ainda, acerca da mediação linguística de um IE, certa perspectiva presente em uma resposta nos chamou atenção. I8 afirma que o IE “é um ser neutro e deve sempre intermediar os conhecimentos dos professores por meio da língua de sinais para o surdo, e vice-versa”. Segundo Vygotsky (1988), somos influenciados pelo nosso contexto e nossa construção cognitiva está associada a ele. Por conseguinte, um ouvinte ao aprender Libras estará envolto por um contexto específico que irá definir a sua formação e aprendizagem da língua, influenciando os sinais que ele utiliza, suas escolhas lexicais para construção de sentenças, dentre outros (Corrêa, 2019).

Dessa forma, podemos afirmar que o modo como construímos nosso pensamento e o expressamos está relacionado às experiências que possuímos com a língua. Visto isso, um IE ao interpretar estará constantemente realizando, em algum nível, escolhas lexicais que dizem sobre um modo de pensar individual e próprio.

A mediação linguística realizada pelo IE é de extrema importância para a aprendizagem de um estudante surdo. Sua função está ligada a versar discursos – majoritariamente em português oral – que possuem uma estrutura e um léxico específicos para outra língua – Libras –, que, semelhantemente, possui suas especificidades. Essa mediação entre línguas, e em alguns casos entre culturas, será influenciada pela forma na qual o pensamento do intérprete se fundamenta nas duas línguas.

Assim sendo, compreendemos que o IE não precisa, nem poderia ser “um ser neutro”, antes deve compreender que, no espaço educacional, pela realização de escolhas lexicais adequadas, pode cooperar com a construção do conhecimento por parte do discente surdo.

4 CONCLUSÕES

O trabalho de um IE é fundamental para viabilizar a inclusão de um estudante surdo. A função desse profissional está delimitada em alguns documentos, porém identificamos que suas ações relacionadas à vivência no espaço educacional se expandem frente ao que é determinado pelos textos oficiais. Desse modo, há alguns campos conflituosos quando se discute sobre as atribuições de um IE, bem como certa polissemia na conceituação de suas funções no espaço formativo.

Nesta investigação, por meio da análise dos questionários, em diálogo com a literatura, foi possível traçar alguns aspectos acerca da atuação do profissional intérprete no contexto da educação. Em nosso estudo, emergiram quatro categorias principais sobre a atuação do IE.

A primeira (colaborador no processo de inclusão) está relacionada à importância da presença do IE como ponto de partida para propiciar a inclusão de discentes surdos. Sua atuação é fulcral para que esses estudantes disponham, antes de qualquer outra coisa, de uma acessibilidade linguística, o que é fundamental, pois o ensino nos ambientes inclusivos se dá majoritariamente com o auxílio da comunicação oral, necessitando da tradução e interpretação para a língua de sinais.

A segunda categoria (mediador cultural) se refere ao IE como representante da cultura surda no ambiente escolar. Ele é capaz de fazer a mediação entre o discente surdo e o corpo pedagógico da instituição de ensino (professor, supervisores, professores de apoio, dentre outros). Levando em conta que, nos dias atuais, uma grande parcela dos profissionais atuantes nas escolas públicas não teve em sua formação discussões voltadas à Educação Inclusiva, o IE, conhecedor das especificidades desses educandos, pode atuar como uma ponte entre as culturas, cooperando para que o professor, principalmente, consiga promover um ensino que também busque atender as necessidades dos surdos.

A terceira categoria (coformador do estudante surdo) envolve alguns tópicos citados nas duas anteriores, pois está ligada ao IE assumindo um papel de coformação do discente surdo. Verificamos, por meio do questionário, que, em níveis diferentes, todos os intérpretes educacionais atuam como coformadores. Nas respostas, foi possível identificar intérpretes que não consideravam essa função, mas citavam ações que poderiam ser incluídas nessa categoria, por ter a capacidade de influenciar na educação de estudantes surdos.

De modo geral, o ponto central dessa função está nas escolhas linguísticas e dialoga com a quarta categoria (mediador linguístico) que, em tese, é a informação mais bem difundida sobre o trabalho desse profissional. Nesse tópico, os respondentes destacaram a importância do domínio de ambas as línguas com as quais o IE irá trabalhar, de conhecer o léxico da comunidade local onde atua; adaptar-se ao nível de conhecimento da Libras do estudante e utilizar bem os recursos que a língua dispõe.

Em suma, compreendemos que uma perspectiva de atuação do tradutor intérprete educacional de Libras/Português sempre estará atrelada a uma concepção de educação que dialoga com os princípios da instituição educacional e o nível educacional em que atua, e com as demandas socioculturais de uma comunidade, estado ou nação. Dessarte, afirmamos que sempre haverá espaço para mudanças no desenho das funções do IE, as quais devem ser estudadas e discutidas pelos próprios profissionais e pelas comunidades: surda, científico/acadêmica e escolar.

REFERÊNCIAS

- Albres, N. A. (2015). *Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva*. Harmonia.
- Albres, N. A. (2019). *Afetividade e subjetividade na interpretação educacional*. Ayvu.
- Albres, N. A., & Santiago, V. A. A. (2012). Atuação do intérprete educacional: reflexão e discussão sobre as duas modalidades de interpretação-simultânea e consecutiva. *Revista Espaço*, 38, 50-59. <http://dx.doi.org/10.20395/re.v0i38.193>
- Albres, N. de A., & Rodrigues, C. H. (2018). As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas educacionais. *Bakhtiniana – Revista de Estudos do Discurso*, 13(3), 16-41. <https://doi.org/10.1590/2176-457335335>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70, Martins Fontes.
- Belém, L. J. M. (2012). A Atuação do Intérprete Educacional de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Médio. *Espaço*, 37,48-59. <http://dx.doi.org/10.20395/re.v0i37.208>
- Carvalho, A. F., & Martins, V. R. de O. (2014). Posição-Mestre e Função-Educador: relações ativas no ato da interpretação da língua brasileira de sinais em contexto de ensino. *Políticas Educativas*, 7(2), 51-70.
- Corrêa, F. S. (2019). *A Metáfora Cotidiana da Língua Brasileira de Sinais*. Appris.
- Costa, M. P. P., & Albres, N. A. (2019). A atuação do (a) intérprete educacional: subjetividade e singularidade em questão. In W. H. C. Moura, & F. Christmann (Orgs.), *A Tradução como Espelho: gestos, línguas e sentidos refletidos no fazer tradutório* (1ª ed., pp. 28-42). DLLE/PGET/UFSC.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm
- Dorziat, A., & Araújo, J. R. de. (2012). O intérprete de língua de sinais no contexto da educação inclusiva: o pronunciado e o executado. *Revista Brasileira e Educação Especial*, 18(3), 391-410. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000300004>
- Fernandes, J. M., & Freitas-Reis, I. (2019). A opinião de intérpretes educacionais de Libras sobre a realidade da inclusão escolar e o que apontam como possíveis soluções para o ensino de Ciências da Natureza. *Revista de Ciências Humanas*, 18(2), 1-23.
- Lacerda, C. B. F. de. (2000). A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos. *Cadernos CEDES*, 20(50), 70-83. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622000000100006>
- Lacerda, C. B. F. de, & Poletti, J. E. (2004). *A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais*. 27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação, Caxambu, Minas Gerais, Brasil. <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/escola-inclusiva-para-surdos-situacao-singular-do-interprete-de-lingua-de-sinais>
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm
- Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm

- Lopes, M. C., & Veiga Neto, A. (2006). Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. *Perspectiva*, 24(3), 81-100. <https://doi.org/10.5007/10x>
- Marcon, A. M. (2012). O papel do tradutor/intérprete de Libras na compreensão de conceitos pelo surdo. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem-ReVEL*, 10(19), 233-249.
- Martins, V. R. de O. (2013). *Posição-mestre: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185118>
- Martins, V. R. de O. (2016). Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais Educacional: Desafios da Formação. *Belas Infêis*, 5(1), 147-163. <https://doi.org/10.26512/belasinfieis.v5.n1.2016.11374>
- Nota Técnica nº 4/SEE/DMTE-CEEI/2019*. Processo nº 1260.01.0081920/2019-39. Assunto: Elucidações sobre cargo/função na Educação Especial. Governo do Estado de Minas Gerais. https://drive.google.com/file/d/1mzdW40Bm_n3TJGjKfM4D2ZQwVfXdnXOS/view
- Oliveira, W. D. de, & Benite, A. M. C. (2015). Estudos sobre a relação entre o intérprete de LIBRAS e o professor: implicações para o ensino de ciências. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, 15(3), 597-626.
- Pereira, L. L. S., Benite, C. R. M., & Benite, A. M. C. (2011). Aula de Química e surdez: sobre interações pedagógicas mediadas pela visão. *Química Nova na Escola*, 33(1), 47-56.
- Quadros, R. M. (2004). *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa* [Manual Textual]. Secretaria de Educação Especial. MEC, SEESP.
- Rodrigues, C. H., & Silvério, C. C. P. (2011). Interpretando na educação: quais conhecimentos e habilidades o intérprete educacional deve possuir? *Revista Espaço*, 35, 42-50. <https://dx.doi.org/10.20395/re.v0i35.244>
- Sá, N. R. L. (2002). *Cultura, poder e educação de surdos*. Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- Souza, S. F., & Silveira, H. E. (2011). Terminologias químicas em Libras: a utilização de sinais na aprendizagem de alunos surdos. *Química Nova na Escola*, 33(1), 37-46.
- Souza, V. C. de A., & Pereira, K. L. (2018). Acessibilidade Linguística para um Estudante Surdo na Disciplina de Química Fundamental do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal de Viçosa. *Revista de Ciências Humanas*, 18(2), 1-21.
- Vilela-Ribeiro, E. B., & Benite, A. M. C. (2010). A educação inclusiva na percepção dos professores de Química. *Ciência & Educação*, 16(3), 585-594. <https://doi.org/10.1590/S1516-73132010000300006>
- Vygotsky, L. S. (1988). *A formação social da mente brasileira*. Martins.

Recebido em: 28/10/2022

Reformulado em: 26/02/2023

Aprovado em: 21/03/2023

